



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

142  
d

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 0004823-53.2012.8.17.0420 (0330620-7)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE  
ADVOGADO : FRANCISCO MILITÃO DE CARVALHO  
AGRAVADO : ANTÔNIO VIEIRA SALES JÚNIOR  
ADVOGADO : JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JÚNIOR  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. GRATIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO. FICHA FINANCEIRA ELABORADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO. QUITAÇÃO DE PARCELAS NÃO COMPROVADA. FUNGIBILIDADE RECURSAL.

I - Em respeito ao princípio da fungibilidade recursal, recebido o Agravo Regimental como Legal. Súmula do TJPE, enunciado nº 42.

II - A partir do Decreto nº 071/2010, a Gratificação de Difícil Acesso deve contemplar o professor ou servidor pertencente aos quadros de escola integrante da relação das que são enquadradas como de difícil acesso.

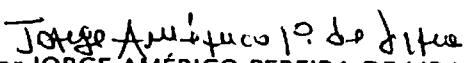
III - Permanece devido o pagamento da gratificação em evidência quanto aos meses de junho e julho de 2010, uma vez que as cópias das fichas financeiras acostadas aos autos foram elaboradas unilateralmente pela Administração, sendo, portanto, imprestáveis para comprovar a quitação das respectivas parcelas.

IV - Recurso de Agravo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer o presente recurso como Agravo Legal e, no mérito, negar-lhe provimento, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

143  
P

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 0004823-53.2012.8.17.0420 (0330620-7)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE  
ADVOGADO : FRANCISCO MILITÃO DE CARVALHO  
AGRAVADO : ANTÔNIO VIEIRA SALES JÚNIOR  
ADVOGADO : JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JÚNIOR  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso de Agravo Regimental interposto pelo MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE contra Antônio Vieira Sales Júnior, cujo objetivo consiste na reforma da decisão monocrática proferida nos autos da Apelação/Reexame Necessário nº 0330620-7, com esteio no permissivo contido no art. 557 do Código de Ritos.
2. O juízo *a quo*, às fls. 20/22v, julgou parcialmente procedente o pedido veiculado na exordial, apenas para condenar o Município de Camaragibe ao pagamento da Gratificação de Dificil Acesso dos meses de junho e julho de 2010, incidindo correção monetária e juros de mora nos termos do art. 1º- F, da Lei nº 9.494/97, conforme alterações do art. 5º, da Lei nº 11.960/09, desde a data em que a parcela deveria ter sido paga.
3. Irresignado, o Autor interpôs recurso de Apelação, em cujas razões recursais pugnou pela reforma parcial do julgado, para o especial fim de obter o retroativo da Gratificação de Dificil Acesso, diante da aplicação imediata da Lei Municipal nº 050/1990.
4. Igualmente inconformado, o Município de Camaragibe interpôs Apelo Voluntário, no qual sustentou, em suma, que o primeiro Apelante não fez prova da constituição de seu direito, vez que não foram acostados aos autos os contracheques referentes aos meses de junho e julho de 2010.
5. Por não vislumbrar a comprovação da quitação das parcelas de junho e julho de 2010, neguei seguimento ao Reexame Necessário, restando prejudicado o Apelo Voluntário aviado pela Municipalidade.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

6. Ato contínuo, o Município de Camaragibe apresentou o presente recurso de Agravo Regimental, no qual, reiterando os termos do Apelo Voluntário, sustenta que os documentos públicos possuem presunção de veracidade, motivo pelo qual entende por comprovada a quitação das parcelas de junho e julho de 2010, consoante ficha financeira acostada aos autos.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

145  
12

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL N. 0004823-53.2012.8.17.0420 (0330620-7)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE  
ADVOGADO : FRANCISCO MILITÃO DE CARVALHO  
AGRAVADO : ANTÔNIO VIEIRA SALES JÚNIOR  
ADVOGADO : JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JÚNIOR  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Inicialmente, impende esclarecer que a decisão monocrática, ora combatida (cf. fls. 122/124), negou seguimento à Apelação/Reexame Necessário nº 0330620-7, o que desafia, portanto, Agravo Legal, conforme disposto no art. 557 do Código de Ritos.

Assim, em homenagem ao princípio da fungibilidade, deve-se receber o presente recurso de Agravo Regimental como Agravo Legal, nos termos do dispositivo supramencionado e do enunciado nº 42 da Súmula do TJPE, que dispõe: "São fungíveis os agravos regimental e legal."

2. Quanto ao mérito, propriamente dito, cuido que os fundamentos esposados pelo Município Agravante não são suficientes para modificar a decisão monocrática prolatada, razão pela qual, nesta oportunidade, socorro-me dos fundamentos nela encampados.

3. À evidência, a Gratificação de Difícil Acesso foi instituída por ocasião da Lei Municipal n.º 050/1990, a qual assegura a concessão da gratificação aos professores e servidores que trabalham nas escolas com localização considerada de difícil acesso.

Com efeito, a qualificação das escolas como sendo de 'difícil acesso' pode sofrer alterações no decorrer do tempo, precipuamente diante da possibilidade de reestruturação da cidade e melhorias em sua infraestrutura e mobilidade urbana.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

146  
JP

4. À míngua de critérios mais objetivos para aferição de enquadramento da escola como em local de 'difícil acesso' a supracitada legislação demandava outros diplomas legais para concretização dos direitos apontados.

Apenas no ano de 2010 passou a ser possível conceder a Gratificação de Difícil Acesso pautando-se por critérios objetivos, por ocasião da Lei Municipal nº 455/2010, sendo que a Escola Santo Antônio, na qual laborou o Autor, somente passou a constar no rol das escolas legalmente passíveis de percepção da gratificação perseguida com o advento do Decreto nº 071/2010 (fls. 93/94).

5. Desta feita, deflui-se que o professor ou servidor pertencente aos quadros de escola integrante da relação das que são enquadradas como de difícil acesso, deve ser contemplado com a gratificação a partir do Decreto nº 071/2010, não sendo o caso de pagamento da gratificação relativamente ao período precedente ao Decreto de regência.

Nesse sentido, colha-se:

EMENTA: AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. GRATIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDO.

1 - Gratificação de difícil acesso referente ao período anterior ao decreto nº 071/2010 não é devida.

2 - Parcelas da gratificação referentes aos meses de junho e julho de 2010 quitadas conforme documentos às fls. 142/146

3 - Recurso de Agravo na Apelação Cível improvido. Manutenção dos termos da decisão impugnada. Decisão por unanimidade. (TJPE. AgAp 0275236-5. Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público. Relator: Des. Fernando Cerqueira. Data do julgamento: 19/02/2013).

6. *In casu*, tenho por não comprovado o pagamento dos valores referentes aos meses de junho e julho de 2010, uma vez que as cópias das fichas financeiras acostadas aos autos foram elaboradas unilateralmente pela Administração, sendo, portanto, imprestáveis para comprovar a quitação das respectivas parcelas.

A teor do disposto no art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil, mostra-se como ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

147  
df

Na espécie, portanto, não comprovando o pagamento da gratificação dos meses em que foi condenado, não há como o Município de Camaragibe se desincumbir da obrigação pelo adimplemento destas.

7. Posto isso, recebo o presente recurso como Agravo Legal e voto pelo seu DESPROVIMENTO, mantendo-se, *in totum*, a decisão guerreada.

É como voto.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator